



## CERTIDÃO DE ISENÇÃO DE LICENÇA SANITÁRIA

<b>Nº do documento</b> ILS0011359/2019		<b>Data da emissão</b> 04/11/2019			
<b>Dados do proprietário do empreendimento</b>					
<b>Concedido a</b> PADRAO AMBIENTAL SUCATAS E METAIS LTDA		<b>CNPJ/CPF</b> 26.926.481/0001-54			
<b>Natureza Jurídica</b> SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA					
<b>Dados do Empreendimento</b>					
<b>Inscrição IPTU</b> 4888162		<b>Endereço (Conforme IPTU indicado)</b> RUA SARGENTO NERI, 290, - PLANALTO AYRTON SENNA, 60766245, Fortaleza - CE			
<b>Área do Terreno (m²)</b> 6336,00		<b>Área Construída (m²)</b> 6336,00			
<b>Área do Estabelecimento (m²)</b> 6336,00					
<b>CNAE</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>RISCO SANITÁRIO</b>	<b>PRINCIPAL?</b>	<b>A ATIVIDADE É EXERCIDA?</b>	<b>ATIVIDADE AUTORIZADA PARA FUNCIONAR NESTE ENDEREÇO?</b>
383270001	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS PLÁSTICOS	ISENTO	Sim	Sim, neste endereço.	Sim
381140001	COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS	BAIXO	Não	Sim, neste endereço.	Sim
493020201	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E	DEPENDENTE DE INFORMAÇÃO	Não	Sim, neste endereço.	Sim
468770201	COMÉRCIO ATACADISTA DE RESÍDUOS E SUCATAS NÃO-METÁLICOS, EXCETO DE PAPEL E PAPELÃO	ISENTO	Não	Sim, neste endereço.	Sim
468770301	COMÉRCIO ATACADISTA DE RESÍDUOS E SUCATAS METÁLICOS	ISENTO	Não	Sim, neste endereço.	Sim
383199901	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS METÁLICOS, EXCETO ALUMÍNIO	ISENTO	Não	Sim, neste endereço.	Sim
383190101	RECUPERAÇÃO DE SUCATAS DE ALUMÍNIO	ISENTO	Não	Sim, neste endereço.	Sim
<b>Responsável Legal</b>					
<b>CPF</b> 118.520.203-00			<b>Nome</b> MARCIO BERTRAND DINIZ NAZARETH		
<b>Observações</b>					

1. Requerente desta Certidão de Isenção de Licença Sanitária (pessoa que preencheu os dados no Fortaleza Online): MARCIO BERTRAND DINIZ NAZARETH / CPF: 11852020300
2. Com relação às questões urbanísticas, este documento foi emitido com base na Consulta de Adequabilidade nº FOR2018164138, consulta esta declaratória, podendo ser cancelada caso haja omissão ou falsa descrição de informações, ocasionando a perda da validade deste documento.
3. Esta Certidão de Isenção de Licença Sanitária habilita a(s) operação(ões):
  - a) Das atividades de baixo risco, classificadas nos termos da Instrução Normativa ANVISA/MS Nº 16, de 26/04/2017 e LEI COMPLEMENTAR Nº 270 DE 02/08/2019 CÓDIGO DA CIDADE DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA ficam dispensadas da exigência de licença sanitária, aplicando-se, no entanto, as normas sanitárias em vigor.
  - b) Das atividades não inseridas na Instrução Normativa – IN/ANVISA/MS Nº 16, de 26/04/2017 também ficam dispensadas da exigência de licença sanitária.



4. Realizar nova solicitação de Certidão de Isenção de Licença Sanitária se houver qualquer alteração de endereço do estabelecimento, da atividade econômica, razão social bem como alteração da área que modifique a atividade deverá ser feita nova solicitação.
5. O empreendimento ficará passível de fiscalização e monitoramento pelos órgãos competentes.

#### CONDICIONANTES

**ESTA LICENÇA SANITÁRIA NÃO EXIME O ESTABELECIMENTO DE POSSUIR, QUANDO EXIGIDO POR LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, LICENÇA AMBIENTAL, HABITE-SE OU CERTIFICADO DE REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÃO, LICENÇA DE PUBLICIDADE, AUTORIZAÇÃO SONORA E CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO CEARÁ, BEM COMO DEMAIS LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES.**

1. Deverão ser mantidas no estabelecimento as licenças necessárias ao funcionamento das atividades, incluindo o Alvará de Funcionamento.

#### DECRETO LEI 2848/40 – CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: PENA – Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: PENA – Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

